

**Ministério das Relações Exteriores  
Instituto Rio Branco  
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata**

**Em 25 de junho de 2005**

**PROVA DE NOÇÕES DE DIREITO E  
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

Examinadores:  
Prof. Paulo Gustavo Gonet Branco  
Prof. Márcio Pereira Pinto Garcia

**Valor de cada questão: 20 pontos  
Extensão de cada resposta: até três páginas**

**Questão 1**

Imagine que você seja consultor jurídico do Presidente da República. No momento, há uma medida provisória pendente de votação trancando a pauta da Câmara dos Deputados. Outros projetos vitais para o governo não estão sendo votados por causa disso. O Presidente da República recebe a sugestão do seu assessor Alpha de simplesmente retirar a medida provisória do Congresso Nacional. Do assessor Beta, recebe a orientação de revogar a medida provisória. O assessor Gamma complementa, propondo que, depois de revogada, a medida seja reeditada. O assessor Delta, por fim, sustenta que a medida provisória contém inconstitucionalidade e que, por isso, o Presidente poderia declará-la inconstitucional, com o que a pauta seria desobstruída. O Presidente da República pede que você indique, de modo justificado, a melhor das sugestões. Redija sua resposta.

**Questão 2**

Comente a seguinte afirmação: "O direito internacional surgiu para erigir as fronteiras dos Estados nacionais; hoje ele se ocupa de derrubá-las".

### **Questão 3**

Considere que o governador de um Estado-membro da Federação assumira compromissos internacionais, envolvendo direitos e obrigações patrimoniais, com certo Estado-membro da República Federativa de Pasárgada. O governador brasileiro é informado de que o acordo somente será válido se aprovado pela assembleia legislativa local, haja vista o princípio da similitude com o processo de incorporação de tratados no âmbito federal. Analise o acerto da informação dada.

### **Questão 4**

Responda, de modo crítico, à indagação do Professor Thomas Franck: Quem matou o art. 2º - 4 da Carta da Organização das Nações Unidas? ("4. todos os membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas."). In: *American Journal of International Law* 64 (1970): 809.

### **Questão 5**

Tendo em vista o tratamento dado no ordenamento jurídico brasileiro aos tratados, disserte sobre a eventual importância do § 3º do art. 5º da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional Nº 45, de 2004 ("Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.").